

Planalto libera R\$ 1,7 bilhão e MP da Esplanada é aprovada

Após série de negociações, puxão de orelhas de Lira no Executivo e liberação de R\$ 1,7 bilhão em emendas parlamentares, Câmara aprova medida provisória que reestrutura a Esplanada. Texto precisa do aval do Senado, hoje, para não caducar

Com injeção de dinheiro, governo salva MP

► TAISA MEDEIROS
► RAPHAEL FELICE
► ANDREA MALCHER
► HENRIQUE LESSA

Apesar do sufoco causado pela falta de articulação do governo, a Câmara aprovou, ontem à noite, a medida provisória que reestrutura a Esplanada dos Ministérios (MP 1.154). O texto recebeu aval de 337 deputados — 123 foram contra, e houve uma abstenção.

O dia foi tenso, com várias reuniões de negociações e até a liberação de R\$ 1,7 bilhão em emendas parlamentares. Tudo para conseguir o aval dos deputados à MP que caducará se não for aprovada, ainda hoje, pelo Congresso. Se isso acontecer, voltará a estrutura ministerial do governo Bolsonaro, e 17 ministros perdem os cargos. O texto será apreciado, agora, no Senado.

A movimentação para salvar a MP começou de manhã, numa reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com seus auxiliares da coordenação política — como os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), bem como o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Após o encontro de emergência, o chefe do Executivo telefonou para Lira, com o objetivo de tratar o tema.

Em outra frente, o governo liberou mais de R\$ 1,7 bilhão em emendas para os parlamentares. O montante significou um recorde neste terceiro mandato de Lula, mas pode não ser suficiente para frear o descontentamento de congressistas com a articulação política do governo.

Em conversa com jornalistas, após participar de uma reunião reservada da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência no Senado, o ministro Rui Costa disse que "a liberação



Após a bronca no governo, Arthur Lira comandou a sessão que aprovou a medida provisória por 337 votos: corrida contra o tempo

Sem diálogo

Deputados afirmam que falta Lula entrar na articulação, pois os atores escalados já não têm mais crédito. O chefe do Executivo é visto como alguém distante do Congresso, que não tem mantido as portas abertas para ouvir os parlamentares. Estaria escutando apenas aliados mais próximos, especialmente os líderes petistas Zeca Dirceu (PP) e José Guimarães (CE).

de recursos para emendas e trocas não é função da Casa Civil". A maior parte das verbas está vinculada a ações do Ministério da Saúde e deve-se direcionar a prefeituras em que parlamentares apresentaram emendas no Orçamento.

Na bronca

Horas depois, Arthur Lira foi enfático ao afirmar que há, sim, uma "insatisfação geral" com a "articulação do governo" e avisou que, se a proposta não fosse aprovada ontem ou nem fosse votada, "a Câmara não deverá ser responsabilizada". "O problema não é na Câmara, não é do Congresso. O

problema está no governo, na falta ou na ausência de articulação. Não tenho mais como empurrar o meu papel em estar conduzindo as matérias do governo, do Estado, de interesse do país. A gente tem dado o nosso máximo", disse Lira em entrevista coletiva. Ele voltou a ressaltar que a "realidade do Congresso não é a mesma", referindo-se ao parlamento encontrado por Lula em seus mandatos anteriores.

O presidente da Casa ainda defendeu o trabalho do relator da matéria, Isnaldo Bulhões (MDB-AL), que, segundo ele, "foi criticado e não foi defendido pelo próprio governo que ajudou a fazer o parecer".

Sobre as hipóteses

ventiladas de que estaria pedindo contrapartidas e ministérios para a votação da matéria, Lira foi incisivo: "Não há adoque, não há pedido, não há novas ações. O que há é uma insatisfação generalizada dos deputados, e talvez dos senadores, que ainda não se posicionaram, com a falta de articulação política do governo, não é de um ou outro ministro".

Lira também comentou o teor da conversa telefônica que teve com Lula. "Eu expliquei para ele as dificuldades que o governo dele tem, e é preciso que a imprensa trate isso com clareza. Nós estamos fazendo um esforço sobre-humano para que essas coisas tramitem", destacou.

Processo contra Lira

► RENATO SOUZA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou para julgamento na Primeira Turma da Corte uma ação contra o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acusado de corrupção passiva.

O caso deve ser analisado na próxima terça-feira. A devolução do processo ocorre em meio a embates entre Lira e o Planalto em torno de temas que interessam ao governo.

O deputado tem pressionado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para obter mais cargos em ministérios e adiantar a liberação de emendas parlamentares.

O maior embate, até agora, se deu em torno da medida provisória que reestrutura a organização da Esplanada, criando ministérios.

Ação da PGR

A ação que tramita no Supremo foi apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que acusa Lira de corrupção passiva por, supostamente, ter recebido R\$ 106 mil em propina do então presidente da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU), Francisco Colombo. O dinheiro foi apreendido no Aeroporto de Congonhas com um assessor do parlamentar. As cédulas estavam escondidas nas roupas dele e seriam enviadas a Brasília.

O julgamento começou em 2020, mas foi interrompido, no ano passado, por um pedido de vista (mais tempo para análise) de Toffoli. O magistrado tinha até 19 de junho para devolver o processo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2